

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

### Prova Escrita de Política Internacional – Questão 1

Aplicação: 30/8/2025

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

- 1 O(A) candidato(a) deve apresentar elementos centrais da evolução do processo de integração na América Latina. A Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), criada pelo Tratado de Montevidéu de 1960 com a finalidade de criar uma zona de livre comércio na região, foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), criada pelo Tratado de Montevidéu de 1980, que previu regras flexíveis, em estrutura de acordos de preferência tarifária regional aplicada a produtos originários dos países-membros frente às tarifas em vigor para terceiros países, acordos de alcance regional comuns a todos os países-membros e acordos de alcance parcial, com a participação de dois ou mais países da área.  
O arcabouço da ALADI é utilizado no processo de integração no MERCOSUL, ao qual podem associar-se membros da ALADI. Como exemplos, há o Acordo de Complementação Econômica n.º 18 (ACE 18), acordo parcial com o objetivo de facilitar a criação das condições necessárias para o estabelecimento do mercado comum, entre as quais um programa de liberalização comercial, além de acordos de alcance parcial para associação ao MERCOSUL de Chile, Colômbia, Equador e Peru. A Constituição Federal de 1988 declara que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- 2 O(A) candidato(a) deve considerar que o período desde o final da década de 2010 até a atualidade foi marcado por mudanças no MERCOSUL. Estabeleceu-se redução tarifária linear de 10% na TEC em 2021 para a maior parte dos produtos (cerca de 87%), ao passo que o Novo Regime de Origem foi estabelecido no MERCOSUL em 2024, aumentando de 40% para 45% a possibilidade de participação de componentes estrangeiros como norma geral para considerar o produto como originário do MERCOSUL (com percentuais mais flexíveis para Paraguai e Uruguai). As negociações com a UE estabeleceram um “pré-acordo” – ou um acordo político ou uma declaração política – em 2019, no chamado Acordo de Associação Birregional MERCOSUL-UE, com temas ainda pendentes de negociação à época, segundo o governo atual, enquanto o anúncio de dezembro de 2024 concluiria a negociação birregional, no agora chamado Acordo de Parceria MERCOSUL-UE.  
O texto do Acordo de Parceria MERCOSUL-UE foi negociado com a possibilidade de vigência bilateral com a UE para um Estado-parte do MERCOSUL que ratificar o texto, sem a necessidade de que todos os membros do MERCOSUL o ratifiquem para sua entrada em vigor.
- 3 O(A) candidato(a) deve identificar que houve alterações relevantes nos termos negociados entre MERCOSUL e UE, na comparação entre 2019 e 2024. Quanto ao papel do Estado, o governo brasileiro reconhece a centralidade do papel do Estado como indutor do crescimento e promotor da resiliência das economias nacionais, sobretudo após a pandemia de Covid-19, havendo necessidade de preservação do espaço para a implementação de políticas públicas em áreas como saúde, emprego, meio ambiente, inovação e agricultura familiar.  
No caso das compras públicas, buscou-se preservar no acordo o uso do poder de compra do Estado como instrumento da nova política industrial brasileira, com medidas como: a exclusão de compras realizadas pelo SUS; a preservação da possibilidade de encomendas tecnológicas; a eliminação de restrições temporais ao uso de offsets tecnológicos e comerciais; a manutenção de espaço para políticas de incentivo a micro e pequenas empresas e agricultura familiar; e a preservação de margens de preferências para produtos e serviços nacionais.  
No acordo, foi criado mecanismo de reequilíbrio de concessões para se evitar que medidas unilaterais comprometam concessões comerciais negociadas, com previsão de arbitragem e possibilidade de compensações comerciais, além de suspensão de benefícios.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

### Prova Escrita de Política Internacional – Questão 2

Aplicação: 30/8/2025

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A criação do G20 se deu em 1999, no contexto posterior às crises financeiras asiática (1997-1998) da década de 1990, tendo sido originado como um fórum destinado a reunir ministros das finanças e presidentes dos bancos centrais das principais economias do mundo — tanto industrializadas quanto em desenvolvimento —, com o objetivo de discutir questões relativas à estabilidade econômica e financeira internacional. Quanto à composição, o G20 reúne tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, sendo hoje conformado por 19 países e dois blocos regionais: a União Europeia e a União Africana. Ressalte-se que, durante a presidência brasileira do G20, a União Africana participou pela primeira vez como membro pleno. No que tange à evolução e aos objetivos do G20, deve-se destacar que, inicialmente, o grupo era uma instância de caráter mais técnico, porém, na esteira da crise financeira global de 2007-2008, o G20 foi elevado ao nível dos chefes de Estado e de governo e passou a ser considerado o principal fórum para a cooperação econômica internacional. Originalmente focado em questões macroeconômicas gerais, o G20 expandiu progressivamente sua agenda para abranger temas, como comércio, desenvolvimento sustentável, saúde, agricultura, energia, meio ambiente, mudanças climáticas, cidades, entre outros.

A presidência brasileira do G20 em 2024 teve como preocupação central colocar a redução das desigualdades no centro da sua agenda e da agenda internacional, de tal modo que elegeu as seguintes prioridades: inclusão social e combate à fome e à pobreza; reforma das instituições de governança global; e transições energéticas e desenvolvimento sustentável. A presidência brasileira priorizou, ademais, a participação e a contribuição da sociedade civil, a partir, por exemplo, do G20 Social e da Cúpula Social. A presidência brasileira do G20 deixa como um de seus legados a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que visa sobretudo ao incentivo para facilitar a mobilização e o alinhamento do apoio nacional e internacional, incluindo recursos financeiros públicos e privados, bem como para viabilizar a implementação em larga escala de programas e instrumentos de política, centrando-se nos países mais afetados pela fome e pela pobreza extrema. Outro legado da presidência brasileira do G20 foi o Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global — marco diplomático de 2024 que delineia uma nova arquitetura de governança internacional, com foco nas reformas das Nações Unidas, da arquitetura financeira global e do sistema multilateral de comércio, com destaque para a revisão das políticas e cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, bem como para a rearticulação e a retomada da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O termo BRIC foi originalmente cunhado em 2001 como uma formulação teórica para se referir a economias emergentes com elevado potencial de crescimento. A primeira reunião do grupo BRIC ocorreu em 2006, em nível de ministros das relações exteriores. Já a primeira cúpula de chefes de Estado foi realizada em 2009, na Rússia. Em 2011, a África do Sul integrou o grupo, que passou então a ser denominado BRICS. Entre os objetivos do BRICS estão o fortalecimento da concertação política entre os membros, a cooperação em áreas como desenvolvimento, comércio e finanças, além do incentivo ao intercâmbio cultural e interpessoal. Destaca-se também a promoção da reforma da governança global, especialmente no âmbito das Nações Unidas e das instituições econômicas e financeiras internacionais. Nesse sentido, na Cúpula de Fortaleza (2014), foram criados o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). O processo de expansão do BRICS se deu tanto na modalidade de membros plenos quanto na de parceiros. Atualmente, há duas categorias formais de participação no grupo: membros e parceiros dos BRICS. Na Cúpula de Joannesburgo, em 2023, foi aprovada a ampliação do bloco com a adesão, como membros plenos, de Irã, Egito, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Etiópia e, posteriormente, Indonésia. A Arábia Saudita, também convidada formalmente, tem participado de algumas atividades do grupo. Em 2024, sob a presidência russa do BRICS, foi estabelecida a categoria de parceiros dos BRICS, resultando na incorporação de Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda, Uzbequistão e, mais recentemente, Vietnã.

A presidência brasileira do BRICS em 2025 concentrou-se em duas vertentes principais: o aprofundamento da cooperação entre países do Sul global e o fortalecimento de parcerias voltadas ao desenvolvimento social, econômico e ambiental. Na Cúpula dos BRICS realizada em julho, no Rio de Janeiro, os líderes aprovaram, além da Declaração de Líderes, três documentos temáticos — sobre saúde, inteligência artificial (IA) e financiamento climático. O(A) candidato(a) deverá mencionar que os líderes também firmaram a Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas, reforçando o compromisso do grupo com a promoção da equidade em saúde. Entre seus principais objetivos, a iniciativa busca fortalecer a cooperação internacional em complexos industriais de saúde, mobilizando recursos e impulsionando esforços coletivos para a eliminação de enfermidades socialmente determinadas, que afetam de forma desproporcional as populações do Sul global. Além disso, pela primeira vez, a governança da inteligência artificial teve lugar de destaque na agenda do BRICS, em que se buscou construir uma visão compartilhada do Sul global sobre essa tecnologia inovadora, trazendo para o centro do debate suas dimensões econômicas e de desenvolvimento. Na Declaração dos Líderes do BRICS sobre Governança da Inteligência Artificial, reconheceu-se que a governança global da IA deve mitigar riscos potenciais e responder às necessidades de todos os países — incluindo os do Sul global —, respeitando a soberania digital e o direito ao desenvolvimento no combate à

desinformação. Além disso, com a **Declaração-Marco dos Líderes do BRICS sobre Finanças Climáticas**, o grupo firmou, pela primeira vez, documento conjunto voltado ao financiamento climático, com ênfase nas necessidades dos países em desenvolvimento.

Espera-se que o(a) candidato(a) demonstre uma perspectiva analítica sobre as mudanças em curso no equilíbrio global de poder, marcadas, entre outros aspectos, pela diminuição relativa do protagonismo dos países do G7 e pela crescente influência dos países emergentes em temas de interesse global. Espera-se, ainda, uma breve avaliação sobre a interação entre as duas principais coalizões, considerando a ampliação dos temas abordados por essas coalizões, os eventuais tópicos específicos e a expansão recente do BRICS. A resposta deve demonstrar conhecimento sobre as perspectivas e os interesses que orientam, de modo geral, a atuação dessas coalizões no cenário internacional. Entre os pontos que o(a) candidato(a) pode mencionar, destaca-se que o Brasil valoriza sua atuação nos fóruns do G20 e do BRICS como expressão de uma política externa independente e comprometida com a construção de uma ordem internacional mais justa, multipolar e multilateral. Também é importante mencionar os contextos distintos nos quais o Brasil atua — o BRICS, formado por países emergentes e heterogêneos, e o G20, em que as forças de países desenvolvidos e emergentes coexistem. Embora esses espaços sejam distintos em natureza e composição, eles oferecem oportunidades estratégicas, como a coordenação de agendas e a complementaridade, permitindo ao Brasil articular seus interesses próprios e os dos países do Sul global. O Brasil tem promovido a abordagem de temas importantes para os países em desenvolvimento, como o combate à fome e à pobreza, o financiamento climático, a maior equidade digital e a cooperação para o desenvolvimento. Cabe ao(à) candidato(a) apresentar uma análise do BRICS como possível foro de articulação político-diplomática do Sul global, a partir, por exemplo, da ampliação das categorias de membros e parceiros dos BRICS, da defesa de pautas relevantes para os países do Sul global e da busca por maior influência, voz e voto, na governança global. A perspectiva brasileira é de que os fóruns BRICS e G20 podem contribuir para apoiar e fortalecer uma ordem multipolar, bem como de que as decisões tomadas no âmbito do BRICS e do G20 contribuem para reforçar e revitalizar o multilateralismo — questão especialmente relevante no atual contexto de debilidade das instituições internacionais.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

### Prova Escrita de Política Internacional – Questão 3

Aplicação: 30/8/2025

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

- 1 O(A) candidato(a) deve identificar os elementos centrais da política externa brasileira. Universalismo corresponde à diversificação de parcerias e ao não alinhamento a blocos de poder. Podem ser citados exemplos da política externa independente ou do pragmatismo responsável e o universalismo no período da ditadura militar, além do período recente. A política exterior atual é pautada pelo universalismo, na busca de parcerias diversificadas em todas as regiões do globo, sendo essa atitude um instrumento para a invenção de uma ordem mundial inclusiva, com menos desigualdades e mais segurança, desenvolvimento e sustentabilidade. Multilateralismo está associado a soluções concertadas entre os vários atores internacionais, em contraste com soluções bilaterais ou respostas unilaterais.  
Multipolaridade está associada a vários polos de poder no sistema internacional, não havendo um único polo ou dois polos. A difusão de poder global, na concepção atual, indica que um sistema baseado em blocos ideológicos não possuiria lastro na realidade e que poderia haver relações menos assimétricas entre os países.  
A posição brasileira sobre desenvolvimento está associada a diversos conceitos sobre modelos diferenciados de desenvolvimento, bem como à necessidade de a governança global e a globalização beneficiarem os países em desenvolvimento, junto com a inclusão social e o combate à fome (a exemplo da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza), além da oposição ao protecionismo. Diante de um mundo multipolar, Brasil e outros membros consideraram, na Cúpula do BRICS de 2025, por exemplo, que os países em desenvolvimento buscam uma governança global mais justa e equitativa e relações mutuamente benéficas entre as nações. Reconheceram também que a multipolaridade pode ser benéfica para uma globalização e cooperação econômicas universalmente vantajosas, inclusivas e equitativas, assim como enfatizaram a promoção de uma ordem internacional mais justa, sustentável, inclusiva, representativa e estável, com base no direito internacional. O Brasil também rejeita medidas protecionistas unilaterais, punitivas e discriminatórias, que não estejam de acordo com o direito internacional, inclusive sob o pretexto de preocupações ambientais, bem como destaca a adoção de políticas de industrialização ou reindustrialização.
- 2 O(A) candidato(a) deve abordar a crise do multilateralismo, marcada pela dificuldade de as instituições e os regimes multilaterais resolverem crises recentes, entre as quais podem ser citadas a da Covid-19, a climática, a de segurança alimentar e a energética, os conflitos no Oriente Médio e na Europa, com as consequentes crises social, econômica, informacional e geopolítica.  
No 80.º aniversário da ONU, o organismo não consegue prevenir conflitos e manter a paz, com impasses no Conselho de Segurança e problemas com o direito de voto, além de falta de espaço para países em desenvolvimento, que cresceram em número após a descolonização, mas não têm influência correspondente nas estruturas da ONU.  
No que se refere às instituições de Bretton Woods, ao FMI e ao Banco Mundial, aponta-se caráter regressivo da arquitetura financeira internacional. Países em desenvolvimento enfrentam custos e juros mais elevados e dificuldades desproporcionais na obtenção de financiamento em comparação com os países ricos, além da baixa representação desses países nessas instituições e da imposição de condicionalidades restritivas quanto ao desenvolvimento.  
Em seu 30.º aniversário, a OMC encontra-se paralisada devido a interesses geopolíticos e econômicos, tendo o Órgão de Apelação do seu Sistema de Solução de Controvérsias sido esvaziado.
- 3 O(A) candidato(a) deve abordar a ênfase dada ao direito internacional como solução para a crise atual, e mesmo a crise do multilateralismo deve ser respondida com mais multilateralismo.  
A Carta da ONU requer ampla revisão e reforma, para esse organismo estar no centro da governança global. O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) deve ser o principal foro para o tratamento do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 e do enfrentamento à mudança climática, com capacidade real de inspirar as instituições financeiras. Ao mesmo tempo, requer-se a revitalização do papel da Assembleia Geral, inclusive em temas de paz e segurança internacionais. Já o Conselho de Segurança tem perdido legitimidade e deveria ter novos membros permanentes e não permanentes, sobretudo da América Latina e do Caribe, entre eles o Brasil, e da África, bem como o direito de voto deveria ser extinto. Aponta-se, ainda, a necessidade de aumentar a representação dos países em desenvolvimento nas instituições de Bretton Woods, bem como de reduzir custos e juros, facilitar a obtenção de financiamento e reduzir condicionalidades impostas para permitir diferentes modelos de desenvolvimento.  
Em relação à OMC, é necessário buscar formas de se reverter a escalada do protecionismo e de práticas unilaterais, que prejudicam desproporcionalmente os países em desenvolvimento, com a reforma da organização e de seu Sistema de Solução de Controvérsias, com a redução de distorções no comércio e com regras adequadas ao desenvolvimento e à industrialização.

# CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

## DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

### Prova Escrita de Política Internacional – Questão 4

Aplicação: 30/8/2025

## PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

### Referências históricas da diplomacia brasileira na área da saúde

O(A) candidato(a) deve contextualizar a contribuição histórica da diplomacia brasileira na área da saúde global, destacando sua participação na criação da Organização Pan-Americana da Saúde (1902) e da Organização Mundial da Saúde (1948). É pertinente mencionar que o diretor-geral mais longevo da OMS, o médico brasileiro Marcolino Gomes Candau, esteve à frente da instituição por 20 anos (1953-1973). É igualmente relevante ressaltar as credenciais técnicas e institucionais do Brasil, como a tradição de programas nacionais de imunização bem-sucedidos, e a capacidade instalada da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) para produção e exportação de vacinas, principalmente para países da América Latina, do Caribe e do continente africano.

Espera-se que o(a) candidato(a) mencione, ainda, a atuação de destaque da diplomacia brasileira na área da saúde em fóruns multilaterais a partir da década de 1990, com ênfase na liderança do país em prol do acesso universal a medicamentos, destacando-se, nesse contexto, a defesa pela flexibilização das regras do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), no âmbito da OMC, para possibilitar o acesso a antirretrovirais no enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. O Brasil utilizou dispositivos de licenciamento compulsório e promoveu a produção nacional de genéricos, sendo internacionalmente reconhecido por essa estratégia de saúde pública. O país exerceu papel central na negociação e na adoção da Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública (2001), que confirmou o direito dos Estados de utilizar as flexibilidades do acordo para proteger a saúde pública e garantir o acesso a medicamentos essenciais.

Podem ser mencionados, ainda, outros exemplos do protagonismo brasileiro na saúde global, como sua atuação decisiva na criação da UNITAID, em 2006, iniciativa internacional voltada ao financiamento inovador para o acesso a medicamentos e diagnósticos em países de baixa e média renda. Outro marco relevante foi a participação ativa e de liderança nas negociações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, adotada em 2003.

### Principais diretrizes e interesses da política externa brasileira em saúde

O(A) candidato(a) deve discorrer sobre o compromisso histórico e renovado do Brasil com o multilateralismo no campo da saúde, com destaque para sua atuação junto à OMS, defendendo seu fortalecimento técnico, político e financeiro. O Brasil considera a OMS um espaço legítimo e central de formulação de normas internacionais e de defesa da equidade em saúde, levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento. É relevante mencionar, também, a atuação brasileira em outros fóruns e organismos, como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Assembleia-Geral das Nações Unidas, o G20 e o BRICS. O país defende o aprimoramento da arquitetura de governança global em saúde, pautada por maior coordenação, inclusão, transparência e eficácia.

Espera-se que o(a) candidato(a) explique a perspectiva da diplomacia brasileira nos temas de saúde, especialmente os princípios de equidade e solidariedade, bem como a defesa do acesso universal a serviços e bens de saúde, refletindo os princípios e fundamentos do SUS de universalidade, integralidade e equidade. É importante mencionar que, nos últimos anos, o país tem atuado de forma consistente para promover o acesso equitativo a medicamentos, vacinas, tratamentos e diagnósticos, especialmente em contextos de emergência sanitária. Essa atuação leva em consideração desigualdades estruturais que afetam os países em desenvolvimento, como a dependência tecnológica, as barreiras de propriedade intelectual e assimetrias no financiamento da saúde global.

O(A) candidato(a) deve abordar o esforço estratégico do Brasil na promoção da produção local e regional de insumos, medicamentos e vacinas, como pilar fundamental para busca por maior autonomia. O país tem liderado iniciativas e debates internacionais voltados à transferência de tecnologias, especialmente para países de baixa e média renda, como instrumento de redução das desigualdades em saúde. A política externa brasileira defende que a saúde deve prevalecer sobre interesses comerciais e que o fortalecimento de capacidades locais é essencial para garantir respostas mais eficazes e justas a futuras emergências sanitárias.

Espera-se que o(a) candidato(a) explique que o Brasil defende uma visão ampla de saúde, que integre saúde humana, vegetal e animal, incluindo considerações sobre determinantes sociais, econômicos e ambientais. Além disso, espera-se que aborde a incorporação de perspectiva interseccional nas discussões de saúde, reconhecendo como desigualdades de gênero, raça, orientação sexual e território impactam de forma diferenciada o acesso à saúde e a exposição a riscos.

## **Recentes iniciativas brasileiras na saúde, nos níveis multilateral, regional e bilateral, e suas ações na cooperação Sul-Sul**

O(A) candidato(a) deve fazer referência a pelo menos três exemplos de iniciativas concretas do Brasil na área da saúde, considerando os níveis multilateral, regional e bilateral. A resposta deve demonstrar conhecimento sobre como o país tem colocado em prática os princípios de sua diplomacia da saúde por meio de ações específicas. A cooperação técnica em saúde é vista como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento social e econômico, tanto para o Brasil quanto para os países parceiros, promovendo a troca de experiências e o fortalecimento das capacidades institucionais.

Espera-se que o(a) candidato(a) apresente ao menos uma das seguintes iniciativas mais recentes no âmbito do G20 ou do BRICS.

Durante a presidência rotativa do G20 em 2024, foi criada a Aliança Global para a Produção Local e Inovação em Saúde, no contexto do Grupo de Trabalho de Saúde. Essa aliança busca fortalecer capacidades produtivas em países de baixa e média renda, promover a transferência de tecnologia e diversificar cadeias de suprimento globais, com vistas à equidade no acesso a medicamentos e vacinas. Na presidência brasileira dos BRICS em 2025, merece destaque o lançamento da Parceria dos BRICS para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas, iniciativa voltada ao enfrentamento de doenças negligenciadas, associadas à pobreza e à desigualdade. Do ponto de vista regional, além da atuação na OPAS, pode ser citado o apoio do Brasil na promoção no Conselho Sul-Americano da Saúde, iniciativa desenvolvida no âmbito da União Sul-Americana de Nações (UNASUL).

Espera-se que o(a) candidato(a) apresente um exemplo de iniciativa no âmbito da cooperação Sul-Sul em saúde, como programas de cooperação técnica com países africanos e latino-americanos. Tais iniciativas podem envolver ações, como capacitação de recursos humanos, fortalecimento de sistemas nacionais de saúde e envio de insumos estratégicos, em áreas diversas, como vigilância epidemiológica, HIV/AIDS, doenças tropicais negligenciadas, saúde materno-infantil e imunização. A resposta deve, ainda, demonstrar compreensão do conceito de cooperação Sul-Sul e dos princípios que orientam a cooperação técnica brasileira, como a horizontalidade, o respeito à soberania dos países parceiros, a não condicionalidade e a promoção do desenvolvimento mútuo.

### **Cenário internacional hodierno para a saúde global, com ênfase nos principais desafios**

Espera-se que o(a) candidato(a) demonstre compreensão de que, apesar de avanços científicos e tecnológicos, persistem desigualdades entre países e dentro deles, agravadas por múltiplas crises simultâneas — como mudanças climáticas, conflitos armados e insegurança alimentar — que impõem desafios significativos à saúde global e à governança da saúde.

Deverão ser mencionados, sobretudo, os desafios ao multilateralismo, tanto em termos de dificuldade em concluir negociações globais, com a fragmentação dos interesses — a exemplo das recentes negociações para o Acordo de Pandemias da OMS —, quanto pela redução das contribuições financeiras voluntárias e obrigatórias dos Estados às organizações e agências internacionais, como a OMS. Essa dinâmica afeta diretamente a capacidade de resposta coordenada e sustentável a emergências de saúde pública. Podem-se destacar, ainda, os cortes na Assistência Oficial ao Desenvolvimento, especialmente por parte de países doadores tradicionais. Esses cortes, combinados com financiamento aquém do necessário nos sistemas de saúde de muitos países em desenvolvimento e a sua dependência da ajuda externa, afetam os serviços essenciais e os indicadores de saúde e vulnerabilidade social nesses países.